



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA REGIONAL

Data: 14/02/2022

Horário: 14:00 horas

Por videoconferência

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, iniciou a reunião cumprimentou todos os presentes, passou a palavra para a Dra. Jaqueline.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, cumprimentou a todos e referiu que a Dra. Verônica está com problemas de conectividade na região Sudoeste há alguns dias, devido às chuvas. Agradeceu a presença do Dr. Jurandir Frutuoso

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, agradeceu a Dra. Jaqueline e concedeu a fala ao Dr Jurandir.

1.1 – Gestão e Governança – qual a diferença? (Subsecretaria/SES)

Dr. Jurandir Frutuoso – Secretário Executivo do CONASS, agradeceu ao convite e cumprimentou a todos, referiu a importância em se trocar experiências e aprendizado cujo tema foi considerado muito pertinente nos tempos atuais considerando os desafios como oportunidade de avanço. Reforçou as intempéries que a conectividade proporciona pelas dificuldades de acesso como foi o caso da Dra. Verônica que não conseguiu entrar na reunião porém, enfatizou a importância da internet para as reuniões, teleconferências etc. Disse que ficou muito feliz em ter recebido o convite, embora não fosse a pessoa mais indicada pelo CONASS para proferir esta palestra, mas achou por obrigação e dever que deveria estar presente e reforçou a importância na troca de experiência e aprendizado. O CONASS vem desenvolvendo desde 2012 uma linha de atuação que fomenta a discussão sobre o tema a partir de publicações para troca de experiências entre todos, e falou um pouco sobre a governança para gestores que é intermediada pela presença de elementos políticos e jurídicos. Disse que não é novidade as experiências exitosas do SUS por mais que a mídia divulgue como algo extraordinário, mas já houve até mesmo atuação interfederativa que dispõe de instrumentos relacionais que permitem desenvolver uma gestão colegiada e participativa factível, e esta gestão tem ajudado na superação das dificuldades, inclusive participou em 2010, pela UNESCO, de uma atividade cujo objetivo era colocar alguns elementos para que a educação pudesse tentar entender, o modelo federativo posto pela saúde, onde os entes federados conseguem dar diversidade, conversar, convergir, discutir, escutar, mas sempre quando faz o “dever de casa,” complexo se converge e se tira deste consenso a fortaleza para enfrentar dificuldades. Escreveu até mesmo um capítulo de um livro para a UNESCO chamado Educação e Federalismo no Brasil quando buscava-se colocar estas experiências, portanto os avanços conquistados pelo SUS nos seus 33 anos desafiam o tempo todo, meios e novas estratégias de enfrentamento das dificuldades e aponta para a necessidade de reformas estruturais no modelo de gestão e no modelo institucional que é um desafio principalmente na



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

atenção à saúde, como acontece em outros países. O mundo não é estanque, ele é uma roda, uma esfera que gira onde não podemos fazer o que foi posto há 33 anos uma causa pétrea que não possa ser discutida pelo menos, ou que possa ser modernizada, portanto acha que cada um dos presentes tem consciência de que é preciso toda hora colocar um desafio e dependendo da capacidade inovadora de potencializar a gestão, poder fortalecer o sistema cada vez que forem desafiados. Disse que existe uma palavra bem conhecida por todos de que é a questão do Federalismo Brasileiro, cujas questões são resolvidas pela colaboração e a atuação conjunta das diversas instâncias federativas como por exemplo, os colegiados de gestão que agora se mostraram fielmente à arena mais relevante nestes tempos de pandemia e que sustentou o Sistema Único de Saúde na hora mais grave que ele se encontra, e portanto, os resultados almejados são sempre buscados por meios de cooperação, e isto aumenta bastante a necessidade de institucionalizar as ações intergovernamentais. É isto que está sendo solicitado a todos, que podem e devem conversar sempre para encontrar maneiras novas de fazer coisas diferentes sempre fortalecendo uns aos outros, respeitando as diferenças, mas sempre buscando o consenso dentro deste espaço todo e para alcançar o equilíbrio, é preciso dar muito esforço e ter muita renúncia e bastante competência mas, principalmente abnegação, pois que não se negocia sem ter estes atributos, afinal, o que faz o sistema ser o que é, apesar de toda a diversidade que encontram, são os pressupostos de uma boa governança a serem apresentados a tempo à sociedade e a eles mesmos. Foi buscar num documento antigo do CONASS o que era Governança e foi aprender este termo pela Dra, Lourdes Almeida que era do CONASS, mas faleceu em março de 2021, que tinha sua própria definição de que a Governança compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar monitorar a atenção, a atuação da gestão com vistas à condição de políticas e a prestação de serviços de interesses da sociedade e das demais partes interessadas. Isto ela deixou como legado, e o CONASS tem procurado observar o conjunto destas diretrizes na sua própria existência e sobre seu próprio fazer. Essas diretrizes como colocadas, definem claramente as funções das entidades envolvidas, as competências, as responsabilidades dos membros das instâncias superiores da governança. Ela usa estruturas de apoio e informações de polaridade e mantém em funcionamento um sistema eficaz de gestão de riscos, para prestar contas às partes interessadas, o que serve para todos envolvidos. As quatro diretrizes postas aqui, são claras e algo que deve ser visto, observado e seguido e, dentro desta discussão, não estão soltas no ar, não são uma nuvem, já que existem três normativas que mostram como isto é capaz e precisa ser feito desde a criação do SUS. Isto está no Artigo 197 da Constituição Federal/1988 que estabelece as ações e serviços públicos em saúdes integradas em rede regionalizada e hierarquizada e no Artigo 7º da Lei 8.080/1990, que trata dos princípios do SUS referentes a questão da descentralização e, mais recentemente, no Decreto 7.508/2011, que mencionou a Região de Saúde como espaço que tem como finalidade integrar a organização planejamento e a execução das ações. Enfatizou que o Decreto 7.508/2011 diz claramente que temos um federalismo onde a União se compõe de Estados autônomos, mas com um sistema nacional comum onde é evidente a repartição de competências, isto são os prepostos compostos do nosso federalismo desde o fim do século IX, herdado da constituição americana. Muitas vezes concorrentes, mas são solidários se juntando numa governança colaborativa e é isto que nos fortalece. Esta discussão vem acontecendo diariamente, e agora mais do que nunca, porque foi mostrado de forma muito clara e evidente que somos fortes se estivermos juntos, respeitando uns aos outros, entendendo a diferença do outro, entendendo os espaços geograficamente dispares, as condições sócio, econômicas, educativas e educacionais também muito diferentes, principalmente se considerarmos as cinco regiões políticas do Brasil, mas que com competência e o jeito brasileiro de ser, vai se levando e conseguindo fazer com que este sistema, depois de tantos solavancos e apesar de não ter o apoio de quem deveria ter,



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

principalmente do Congresso Nacional, conseguiu se impor e agora ser conhecido, reconhecido e respeitado por aqueles que dizem que não o usam. Falou que a governança colaborativa é um processo complexo, que uma pluralidade de atores sociais e políticos integram com interesses divergentes a fim de formular, promover e alcançar objetivos comuns por meio de mobilização, troca e desenvolvimento de um conjunto de ideias, de regras e de recursos. A Governança Colaborativa tem como característica ser uma articulação estável entre mutuamente dependentes, não tem sistema isolado, por isso que a integralidade do sistema se dá na macrorregião de saúde, mas ele não nasce lá, ele nasce da base até chegar, mas funcionalmente autônomo proveniente do estado, do mercado e da sociedade civil, com atores que interagem por meio de negociação marcada por conflitos, onde as negociações ocorrem num contexto institucionalizado por regras, normas e conhecimentos partilhados no imaginário coletivo. Falou acreditar que até aqui, isto facilita sobremaneira a elaboração de políticas autorreguladas a sombra de hierarquias que contribuem para produção de valor público em um sentido amplo de definição do problema, idéias, planos e regulamentações concretas que são consideradas relevantes para ampla camada da população. A gestão da governança colaborativa tem alguns pressuposto que considera a existência de uma coletividade de interesses confundentes, guardas de funções básicas que em força dinâmica deve adaptar as necessidades de cada situação, e aí está a arte de bem governar, de bem poder fazer com que as conversas fluam e tragam resultados. São mecanismos comuns dessa troca. A troca de conhecimento, e é isso o que estamos fazendo agora e fazemos no dia a dia, as ações relacionais, a questão da comunicação, as decisões e as negociações. Enfatizou que o sistema de governança e gestão e suas inter-relações afetam o nível de eficiência e no caso do SUS, mais ainda, por se tratar de uma administração pública totalmente diferenciada. A gestão da saúde, em qualquer parte do mundo, é completamente diferenciada dos outros setores onde se pensa fazer gestão, principalmente, onde se tem figuras estacas, coisas inanimadas que estão em jogo, principalmente dentro deste capital maluco que vivemos. Falou das funções que devem ser consideradas para uma boa governança: definir um direcionamento estratégico em conjunto, supervisionar a gestão, envolver as partes interessadas cada vez mais, gerenciar riscos estratégicos, gerenciar conflitos internos, auditar e avaliar o sistema de gestão e controle, promover a responsabilização e a transparência. Falou que temos governança, gestão e estratégia. A governança avalia, direciona e monitora, a gestão age, executa e controla e, entre uma e outra, temos a mão dupla, que leva à estratégia a ser utilizada para que isto se efetive. A rigor e um pouco livre do pensamento, uma orienta e a outra faz, através de alimentação mútua entre as partes, buscando a todo momento se reinventar e fazer as coisas acontecer de maneira eficaz. A governança são regras para o funcionamento das redes, autonomia e limite para a gestão. A gestão planeja, executa e põe em prática as estratégias e, a todo momento, deve estar se revistando e replanejando para que esta roda aconteça de forma bastante singela. Mencionou orientação que recebeu de um juiz de Santa Catarina que escreveu texto para o livro do CONASS no qual defende os diálogos institucionais buscando fazer gestão de fato e para que se consiga sair das armadilhas que são postas no caminho e que tem que se ter diálogo entre as autoridades, a sociedade, e os órgãos de controle fomentando a governança em saúde, como a única forma de maximizar a riqueza da sociedade. Finalizou afirmando que a única maneira do SUS se tornar resolutivo e integral é efetivando as Redes de Atenção à Saúde, fundadas numa atenção primária universal e resolutiva e sustentada por uma governança regional sólida, onde todos os gestores e trabalhadores, para além da competência técnica e governamental, sejam cidadãos ativos e responsáveis com visão alargada de nação. Disse pensar que este é o nosso caminho, nossa saída, nossa busca permanente, inovando, avançando num processo dinâmico de sempre buscar o novo com medidas mais efetivas mais custo/sustentada e que a população possa ser a beneficiária e, obviamente, sócia do processo, visto que, onde tem direito tem deveres. Essa é



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

nossa busca, temos que entender que temos que trabalhar numa grande governança a questão da regionalização fundada em redes e Atenção Primária onde todos sejam sócios das mesmas obrigações e busquem juntos os mesmos objetivos e os mesmos resultados. Finalizou agradecendo a oportunidade.

Dr. Mauro Teobald – SGPF/SES, perguntou ao Dr. Jurandir se ele poderia interagir respondendo algumas perguntas do grupo. Falou que esse grupo é um GT de Governança, uma instância onde se reúne com algumas divergências de Órgãos, e opiniões visando um aprimoramento dos temas para uma posterior pactuação na CIB. E nesse sentido diante as ferramentas de Gestão e Governança, principalmente nesses tempos de Pandemia como foi muito bem colocado pelo Dr. Jurandir a importância do SUS, nesse momento de travessia, e o fortalecimento das ações e dos processos institucionais. E pergunta na opinião do Dr. Jurandir quais são as ferramentas mais importantes para manter esses processos em funcionamento.

Dr. Jurandi Frutuoso – Secretário Executivo do CONASS, respondeu que são várias, mas partindo do princípio são nomeados, mas que primeiro um processo civilizatório que tem que ser marcado bem profundamente a maneira de escolha de gestores, que deve começar também com aprofundamento e cuidado na escolha dos governantes, sendo calcado na competência e no compromisso, e na capacidade que cada um tem de fazer seus diálogos acontecerem, e na maneira de gerir como um todo, envolvendo toda a Secretaria e todos os trabalhadores e por fim, colocar a população e o controle social nesse processo. E pensa que a ferramenta principal é a questão de aprimorar o que já tem. Falou que e médico de município foi médico da saúde da família, Secretário Municipal, depois Presidente do COSEMS, Secretário Estadual e agora Presidente do CONASS já algum tempo. Disse que ainda não inventou nada diferente para fazer o SUS ser forte, e pensa que as principais ferramentas é conseguir continuar fortalecendo o que está posto na constituição, o que está posto na Lei 8.080, e nas normativas, e na regulamentação do sistema de saúde, acredita que não precisa inventar nada de diferente a não ser fortalecer o que já tem. Mas, para isso, precisa ter bastante coerência e ser muito claro na relação com os colegas onde cada um busque a defesa do interesse da sua unidade, mas sempre com a grandeza de sabe respeitar o que é de direito do outro. Disse que essa ferramenta que está posta, fez até muitos debates ultimamente, e que está sendo bastante reconhecido inclusive dentro da Academia, dentro do próprio direito que pudesse ser reconhecido esses espaços, como espaços de negociação e de governança como CIB, CIR, CIT, eles são os verdadeiros locais de resistências e hoje ele consegue ver as CIBs e CITs para além do espaço de governança, espaço de resistência. Disse que se não são esses espaços e principalmente a CIT, em Brasília nesses dois anos e poucos de pandemia dentro dessa gestão federal com a relação federativa que buscou fazer dela um fragmento só, e o que uniu foi a persistência e resistência e a capacidade de dialogar. Está falando de uma época difícil onde tiveram a federação aos frangalhos, onde não tiveram uma coordenação nacional da Pandemia, e não tiveram a comunicação de massa, onde não tiveram noção do risco no começo dessa Pandemia, onde gerou esse desastre que já está posto, onde agora tenta tirar o máximo que pode de prejuízo e tentando avançar com a vacinação, é um exemplo que não deve ser seguido, é um exemplo que deve ser consertado. Acha que está na nossa mão fazer mudar esse processo de direção e não está falando de política, e sim de consciência de cada um usar a sua como deve, e essa é a ferramenta que está posta se tiver capacidade de usá-la, ela está na força de cada um, no direito de cada um em exercer seu direito de cidadão e na obrigação de fazer com que sendo da gestão, ou sendo do trabalho em saúde ele tem que saber que é um ser humano especial, não tendo afinidade com que faz ou não nasceu com vocação para fazer o que faz em saúde, não existe os tropeços que estão sendo posto, não existe a



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

dificuldade que estão sendo dada para fazer o que tem que ser feito em tempo e na qualidade que a população exige.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, complementou que fortalecer o que já tem já é um grande desafio. Disse que quando o Dr. Jurandir coloca todos esses desafios que foram passados durante esses dois anos de pandemia, provou a força que o SUS tem. E como defensores e trabalhadores do SUS coube fortalecer cada vez mais essa visão do sistema único, até então era muito mal visto em questões de assistência, regulação de filas, de unidades cheias de pacientes. Disse que são muitas dificuldades dada ao tamanho do País e a qualidade técnica de muitos gestores por todos os países, e o maior dos desafios seria isso mesmo fortalecer aquilo que já tem. Esclareceu que enquanto COSEMS e Secretaria de Estado, acha que o maior desafio hoje no Estado de Goiás, é mostrar isso aos novos gestores, são cerca de 80 por cento de novos gestores municipais que entraram nesse momento difícil de Pandemia, e enquanto instituições representativas dessa bipartite demonstrar para esses secretários a importância dessas agendas institucionais, a importância desses espaços e do diálogo, explicar essa relação de interdependência e o quanto ela é importante para fortalecer esses sistemas, e o quanto essa união mesmo com toda essas divergências torna o sistema mais fortalecido cada vez mais. Falou que estão no processo de implantação do Planejamento Regional Integrado e para além desses espaços de CIR e CIB, estão no processo de institucionalização das CIMs que são as Comissões Intergestores Macrorregionais e é um desafio a mais, ao passo que muitos gestores ainda não se identificam como região de saúde, ter que se identificar como macrorregião. Falou que o Estado é grande em território, e as cinco macros regiões com situações e cenários muito diferentes no contexto muito diferente dos outros, quando o Dr. Jurandir fala de fortalecer aquilo que já tem, só colabora com movimento que já é o que estão vivendo dentro do Estado, é uma necessidade de fortalecer esse vínculo, o diálogo e respeitar as opiniões, as divergências, e acima de tudo fortalecer essa relação de interdependência que é essencial para o fortalecimento do Sistema Único do Estado. E agradeceu o Dr. Jurandir, porque é uma grande oportunidade de poder ouvi-lo. Fez questão de reforçar o forte vínculo que o apoio institucional do Ministério da Saúde também tem no território, e costuma dizer que tem uma tripartite dentro da bipartite, que as ações são sempre planejadas em conjunto e o papel da ciência dentro do Estado nesse apoio institucional tem sido fundamental também para esse processo. Agradece também aos técnicos.

Dra. Simone Camilo – Subsecretaria/SES, disse que foi perfeita a fala do Dr. Jurandir, agradeceu em nome da Subsecretária, especialmente em nome da Dra. Luciana Tavernard. Disse que esse tema não poderia ser outra pessoa para falar, informou que a Dra. Luciana, não foi possível estar presente na reunião, e agradece a presença em nome da SES e da Dra. Luciana.

1.2 – Site e linha do tempo do PRI (Subsecretaria/SES)

Dra. Simone Camillo – Subsecretaria/SES, disse que o PRI no site da SES foi reformulado. Tem a página da legislação, documentos de apoio para a elaboração do planejamento regional Integrado, gravações das oficinas e a ideia é aumentar a biblioteca que tem várias publicações sobre assunto para auxiliar o conhecimento/entendimento de uma uma linha do tempo do planejamento Regional integrado sobre a dificuldade com relação a rotatividade de servidores, secretários, as principais informações desde o início de 2017 quando aprovou o primeiro cronograma do planejamento regional integrado, a definição das macrorregiões de saúde, resoluções, relatório de todas as ações do passado e presente encaminhadas pela CIT. A segunda fase é fortalecer a gestão e governança juntando todos os documentos de reuniões,



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

lives que aconteceram. Clica no link cai direto na gravação da reunião. Essa é a linha do tempo está disponível na página do PRI, todos tem acesso, é sempre atualizada, as reuniões da semana passada do grupo condutor estadual e a gravação já estão disponíveis.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, agradece a Simone sendo uma ferramenta bastante útil e importante para acompanhar.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, parabenizou a Simone pela iniciativa. É uma ferramenta fundamental para os novatos e antigos sem sombra de dúvida sendo um diretório muito bom para visitar e ler. É sabido de todas as dificuldades dos gestores e técnicos municipais estão expostos, os apertos do dia a dia é praticamente apagar incêndio todo santo dia precisando priorizar um tempo para o planejamento dentro do nosso território da Macregião. Reforça fala do Dr. Jurandir da importância do planejar, da relação entre Estado e Município estudar e planejar sem sombra de dúvida essa é uma ferramenta muito útil e precisa fazer parte do dia a dia, que os gestores e técnicos municipais utilizem para educação permanente continuada. Elas são preparadas e organizadas para este fim, e para todos que desejam aprofundar em Gestão em governança e planejamento do SUS.

Dra. Verônica Savatin – SMS Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, parabeniza a secretaria e a contribuição de gestores, técnicos dos municípios da Secretaria de Estado que fez com que essa ferramenta fosse construída.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, finalizou falando que a questão do Planejamento do SUS, se fizer uma comparação bem simples, pode compará-la com saneamento básico que está debaixo da terra e que ninguém vê nada porém impacta, é estruturante. O Planejamento SUS é assim, ouvimos demais, tem muita reunião e não avança. Porém avança, tem muito documento e muita ação estruturante sendo organizada e acontecendo, às vezes tem-se a impressão de que não surte efeito, mas surte e temos caminhado. Assim, são questões estruturantes para o processo do fortalecimento do planejamento dentro do Estado de Goiás, que conforme a comparação feita, parece que não aparece, mas de fato aparece sim.

1.3 – O COSEMS solicita a disponibilização de um repositório de portarias estaduais no sítio oficial da Secretaria de Estado da Saúde. (COSEMS)

Dra. Jaqueline de Gonçalves – COSEMS, explicou que é uma solicitação, vez que têm sido solicitados por muitos gestores municipais que precisam prestar contas de Emendas Parlamentares, em especial de gestões passadas, e possuem uma grande dificuldade em ter acesso a estas Portarias. Disse que infelizmente muitos Municípios não possuem transição de gestão adequada, que por vezes muitos Secretários de Saúde assumem a gestão e às vezes não encontram nenhum documento na Secretaria. Justificou a solicitação dada a importância da continuidade e que os gestores ao assumirem a Secretaria não são donos dos problemas e das demandas, mas são responsáveis em fazer as prestações de contas, em responder a própria Secretaria de Estado naquilo que são demandados. Acredita que seja possível, talvez não seja fácil, mas acredita que seja uma ferramenta a mais para o Secretário de Saúde, ter no site oficial da Secretaria de Estado, um repositório destas Portarias, especialmente, as mais antigas. Afirmou que têm sido abordados por Municípios que precisam prestar contas de Emenda Parlamentar de 2013/14 e vão procurar a Portaria e às vezes possuem a dificuldade de achá-las.

Dra. Simone Camilo – Subsecretaria/SES, respondeu informando que solicitou ao Dr. Pedro que participasse desta pauta mas ele teve problemas para entrar na reunião. Assim,

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

mostrou que no site da Secretaria de Estado de Goiás tem o Repositório de Portarias até o ano de 2012 e que o Dr. Pedro atualizará o Repositório e enviará a todos um Ofício Circular com um passo-a-passo de como acessar o Repositório.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, agradeceu e antes de entrar nos itens de discussão e pactuação, questionou à Dra. Verônica se o COSEMS concorda do item 2.1 tornar-se item de apresentação e discussão e não de pactuação.

Dra. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/ Presidente do COSEMS, concordou e disse que no período da manhã, em conversa com a Dra. Jaqueline e alguns outros diretores falaram que por ser este o assunto, antes de pactuar qualquer coisa, deve ser colocado como apresentação e discussão.

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Sobrestar as solicitações de Revisões das Pactuações de Abrangência e Referência dos municípios pactuados com município de Goiânia, até pactuação da distribuição da dedução do recurso MAC, alocado do teto de Goiânia, para o teto Estadual em discussão no grupo técnico criado com esta finalidade. (SMS Goiânia).

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, sugeriu que o assunto entrasse como item 1.4 na parte de apresentação e discussão. Disse que existe um Grupo Técnico em andamento que realizaram algumas reuniões e inclusive um dos assuntos que havia sido solicitado fazer parte da pauta do GT de Gestão foi recomendado que fosse melhor discutido junto ao Grupo Técnico criado com a participação, principalmente, da Superintendência de Assistência e obviamente dos demais atores envolvidos na discussão.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS Goiânia, concordou que o assunto entrasse como discussão mas que ao final fosse o item para pactuação.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, perguntou se o Dr. Sérgio Nakamura poderia apresentar o item pois haviam recebido um item específico. Disse acreditar que o Dr. Ricardo poderia explicar melhor vez que também participa do Grupo Técnico e são duas discussões diferentes.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, cumprimentou a todos e disse que foi solicitado o assunto para inclusão e que acredita poder ser colocado como apresentação e discussão e o GT decide o encaminhamento.

Dra. Andressa de Moura – Gerente PPI/SMS Goiânia, disse que havia solicitado o item que entrou na pauta como apresentação, pois são itens complementares, reforçando a fala do Dr. Sérgio que é necessário pactuar este item também. Falou que apresentaria o item fazendo uma contextualização do ocorrido, mas que não havia nenhuma apresentação pois o item era de pactuação. Explicou que com a troca de gestão das unidades estaduais para a gestão estadual houve um remanejamento também do teto financeiro relacionado a estas unidades que estavam dentro de um contrato de cooperação entre entes públicos/protocolo que é o PCEP (Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos) com o valor total de R\$ 124.966.425,40 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos). O recurso está destrinchado entre reservas técnicas, recursos que não estão programados e recursos programados. Disse que o que está sendo discutido pelo Grupo Técnico são os parâmetros para distribuir o recurso programado no valor de R\$ 66.666.303,72 (sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e três



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

reais e setenta e dois centavos). Estes recursos programados são para todos os Municípios de população própria e população referenciada que está no teto de Goiânia e ele está sob gestão estadual desde do mês passado. Falou que está sendo discutido a forma de dividir este recurso para que Goiânia tenha conhecimento integral do que está pactuado com o Município e o Município também saiba o que está pactuado com Goiânia, o que ainda há de recurso com Goiânia e o que está sob gestão estadual. Explicou que o sobrestamento é necessário pois enquanto não se definir como está isto, não é possível que Goiânia tenha qualquer parecer sobre as pactuações de abrangência/referência, vez que não tem o conhecimento real do que está pactuado. Disse que teve reunião no dia 02 de fevereiro do Grupo onde estavam presentes representantes da SES de Goiânia e do COSEMS, foi realizado todo o cálculo e foram definidos os parâmetros, ficou tudo organizado e definido para serem apresentados nesta reunião para pactuar e seriam pactuados outros itens referentes a isto, uma vez que estão recebendo solicitações de repactuação de referência e que têm as pactuações de abrangência, que pelo POP (Procedimento Operacional Padrão), não podem manifestar, mas que também terão que observar porque as vezes o município pede os remanejamentos e ficará com o teto negativo com Goiânia, porque parte dos recursos não estão sob gestão de Goiânia e sim sob gestão estadual. Falou que é necessário ter esta organização do teto, saber o que está realmente pactuado com Goiânia.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, perguntou a Dra. Andressa se mais algum Município solicitou além dos Municípios de Valparaíso e Hidrolândia.

Dra. Andressa de Moura – Gerente PPI/SMS Goiânia, respondeu que ainda não chegaram novas solicitações de pactuação e que no calendário de referência a chegada de propostas inicia no dia de hoje, tendo então de hoje até o dia 1º de março para manifestar sobre as alterações de referência, lembrando que as de abrangências não tem conhecimento pois não são obrigatórias passar por Goiânia. Falou que tem o conhecimento de algumas solicitações, mas toma conhecimento da maior parte na pauta do GT. Perguntou se o Dr. Sérgio gostaria de complementar, falar do problema, pois teve a reunião e o grupo decidiu tudo o que teria que fazer em relação a esta distribuição.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS Goiânia, falou que complementaria depois pois a Dra. Maria Aparecida pediu a palavra, mas que não sabia se havia ficado clara a solicitação de Goiânia e a necessidade de pactuar ainda na reunião CIB de quinta-feira próxima.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – COSEMS, cumprimentou a todos e disse a Dra. Andressa que não havia entendido a proposta, porque no grupo ficaram definidos os critérios da distribuição e, conforme falado, teria que fazer um cálculo correto com o saldo real do Município, o que está nesta Resolução e não o saldo que está na programação dentro do SISPPPI (Sistema de Programação Pactuada e Integrada). Falou que tem que ser feita uma Resolução da aprovação da realocação destes R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) e tem que constar o saldo real do Município, como se a PPI estivesse transportada para uma planilha de Excel. Lembrou que comentaram isto na reunião porque dentro do SIS-PPI constará um valor, mas este valor tem que ter a dedução que estará nesta Resolução que estão apresentando. Não podem ser feitas alterações que superem o saldo do Município com Goiânia, mas parar de ter alterações não é viável, por este motivo disse que não entendeu a proposta da SMS Goiânia.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS Goiânia, esclareceu que o que foi discutido e pactuado no grupo técnico não está sendo consolidando, pois SMS Goiânia fez os cálculos encaminhou

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

para o COSEMS, e também para SES, porém esse ponto saiu de pauta. E continuou, que caso esse ponto volte para pauta e essa planilha for pactuada ele concordaria que Dra. Maria Aparecida tem razão. Porém, até os valores serem pactuados, sem ter uma resolução definindo os valores, como saberemos qual o valor da pactuação do município.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, disse que participou do grupo técnico que foi criado para assessorar o GT e a CIB, em relação a esses assuntos e analisando o que foi dito ele entende que houve uma mistura de dois assuntos e para quem não participou do contexto fica ainda mais confuso. Tecnicamente em relação ao sobrestamento das pactuações, ele acredita que não seria saudável e cada caso deve ser analisado de forma particular para não penalizar os municípios.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, complementou que esse assunto não estava na pauta porque houve uma solicitação da Superintendência de Assistência para participar dessas discussões também, portanto, Dr. Sandro se manifestou com interesse de compor o grupo para participar das discussões.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS Goiânia, lembrou que a Superintendência de Assistência estava na discussão, ele estranhou ter que retomar uma discussão que foi tão longa e boa discussão, onde chegou-se a um consenso entre SES Goiás, SMS Goiânia, SMS Aparecida de Goiânia e COSEMS, portanto ele disse não entender e que isso foi um retrocesso.

Ricardo Nunes – GPI/SES, disse que não entende que foi retroagir, a área técnica da superintendência, que estava presente, foi alinhando com o Dr. Sandro no sentido de afinar o entendimento interno da equipe da SES, não retroagindo, mas em relação ao assunto que não entrou na pauta. Por isso ele se colocou no lugar de quem estava presente na reunião, os dois assuntos estão confusos. O assunto específico da pauta é o sobrestamento das solicitações, significa que todos os municípios que enviarem, agora, nessa janela de alteração as propostas de revisão da PPI com o município de Goiânia, esses pedidos ficariam sobrestados, ou seja, paralisados, até que o grupo que foi criado chegasse a uma conclusão em relação a esse tema. Em relação a isso não seria saudável colocar de maneira geral de forma a gerar um prejuízo para atenção e assistência para os municípios.

Dra. Andressa de Moura – Gerente PPI/SMS Goiânia, disse que não são dois assuntos distintos, são dois assuntos complementares, é necessário pactuar essa alteração para saber o que será. Tanto que todas solicitações de alteração ela já analisou, viu quanto é o recurso, mas a SMS Goiânia precisa saber o real valor que aquele município tem com Goiânia para que se possa fazer análise da solicitação de alteração dele. O sobrestamento é até que seja pactuado somente a planilha, no próximo GT poderemos pactuar tudo que foi solicitado, pois a SMS Goiânia já está analisando tudo, mas é necessário pactuar. Entre o grupo técnico, já estava definida qual seria a regra de distribuição, que foi solicitada. Foi analisado entre SMS Goiânia, COSEMS e foi decidido na regra. Foi enviado para todos na semana anterior e solicitou a pauta para ser pactuado isso nesse GT, sendo pactuado não haveria sobrestamento nenhum. Não há nenhuma solicitação, até porque nesse GT não houve nenhuma alteração. E questionou que se houvesse entrado em pauta poderia ser pactuado mesmo sem ter um real conhecimento pactuado que teria esse município de recurso com Goiânia.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, deu o exemplo, a solicitação de Valparaíso que altera procedimentos de atenção domiciliar, que não faz sentido estar pactuado com Goiânia. Portanto, nesses casos é importante analisar caso a caso. Ele pensa que não há necessidade de

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

discutir nesse momento, próximo GT é dia 14 de março, existe prazo para amadurecimento sobre esse assunto. E teria prazo para envio da consolidação das pactuações.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, perguntou qual seria a periodicidade de atualização dos limites de pactuação, se seria 31 de março?

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, respondeu que é trimestral. Por abrangência as CIRs fazem essa pactuação por região e tramita para o nível Central onde são enviados para área técnica fazer análise técnica em relação aos pedidos de alteração. E os procedimentos de referência são de 3 em 3 meses e a próxima começa a valer dia 1º de abril.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, esclarece que sua dúvida é se deixasse para o próximo GT daria tempo de mexer na pactuação e reprogramar se for o caso.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, respondeu que sim, pois o próximo GT é dia 14 de março.

Dra. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, disse que entendeu a solicitação de Goiânia, mas pensa que há tempo, pois os parâmetros tanto do Dr. Sérgio quanto da Andressa não serão modificados, conforme ficou acordado no GT, pois lá havia representantes de todos os locais conforme Dr. Sérgio e Dra. Andressa colocaram. Os critérios serão aqueles mesmos, pois foi uma discussão rica, onde chegou-se a um consenso. A reunião do grupo técnico será antes do GT, como já foi pactuado. Talvez se o grupo técnico da discussão da PPI tivesse se reunido para definir e trazer para o GT, como não foi feito esse mês faremos antes do próximo GT para dar tempo inclusive das revisões de PPI e demais itens. Goiânia deve continuar analisando os dados das possíveis alterações de valor de PPI de acordo com os cálculos que já foram feitos, pois o parâmetro já foi definido. Para o próximo GT pactuaremos tanto os valores como as alterações de PPI que vierem.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS Goiânia, questionou que como não haverá alteração de parâmetro qual o motivo de não pactuar imediatamente na próxima CIB.

Dra. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, respondeu que uma das coisas que ficou acordado foi antes de trazer para esse GT deveria acontecer uma demonstração no grupo técnico.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, pensa que talvez ele não tenha visto essa agenda do grupo técnico para discutir a PPI e alinhar ou até convocar mais reuniões antes do próximo GT.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, sugeriu já marcar uma data naquele momento.

Dra. Andreia Abbes – SMS de São João d'Aliança, sugeriu a data 10 de março. Completou que os municípios precisam ter uma noção geral do que cada um tem de recursos dentro de SMS Goiânia.

Dr. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, informou a data da reunião que acontecerá no dia 10/03/2022 no escritório do COSEMS.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, disse que será repassada as planilhas e será coletada as assinaturas da reunião realizada no dia 22. Será feito, também, um resumo executivo para que seja colocado nos considerandos da Resolução.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Andressa de Moura – Gerente PPI/SMS/Goiânia, informou que a planilha foi encaminhada para o Dr. Ricardo e também para Diretoria Executiva do COSEMS na semana passada.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, disse que foi repartido com os representantes do COSEMS e que até então não houve devolutiva do município de Aparecida de Goiânia.

Dr. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, informa que os parâmetros não mudarão. Foi bastante debatido sobre isso.

Encaminhamento: Não vai para a pauta da reunião da CIB

2.2 – Mudança dos Grupos de Trabalho Macrorregional. (Subsecretaria/SES)

Dra. Simone Camilo – Subsecretaria/SES, disse que hoje existe no Grupo Estadual na representação de Gestão somente o Coordenador de CIR, gostaria de incluir o Gestor do município polo e o Gestor vice-presidente do Cosems.

Encaminhamento: vai para a pauta da reunião da CIB

2.3 – Aprovação do Grupo Condutor Estadual. (Subsecretaria/SES)

Dra. Simone Camilo – Subsecretaria/SES, disse que já existe esse grupo condutor e funciona a quase 02 anos, mas não tem resolução CIB. Solicita essa Resolução. O grupo tem representação do Ministério da Saúde, da Secretaria e do COSEMS, sendo dois representantes por esfera.

Encaminhamento: vai para a pauta da reunião da CIB

2.4 – Aprovação do documento orientador da fase ASIS Regional. (Subsecretaria/SES)

Encaminhamento: Suspenso esse item

3 – INFORMES

3.1 – Programa de Residência Multiprofissional da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. (SESG)

SESG/SES, solicita a mudança no texto porque existe uma Resolução CIB N° 39 de 2018 que aprova a realização do Projeto do curso do eixo transversal dos programas de residência na modalidade educação à distância. Na Resolução onde se lê: “O curso tem uma carga horária de 320 horas na modalidade educação a distância com início da 1ª turma prevista para o 1º semestre de 2018 e a conclusão prevista para o 1º semestre de 2019”. Mudar a redação para: “O curso tem uma carga horária de 320 horas na modalidade educação a distância com início da 1ª turma prevista para o 1º semestre de 2018 e o mesmo será realizado continuamente por



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

todos os anos da residência”. Disse que o curso é contínuo e como teve essa data de conclusão, está solicitando essa alteração.

Dra. Viviane Meireles – SESG/SES, pede desculpas porque essa pauta teria que estar dentro dos itens de Discussão e Pactuação. Solicita que essa pauta entre para Discussão e Pactuação para que seja feita a Resolução. Não há nenhum tipo de alteração no Projeto. A única questão é a data que ficou na 1ª resolução CIB do projeto. O curso é contínuo e colocar uma data de término é ruim porque tem que ficar renovando essa resolução.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, sugere melhorar a redação do item pautado para subir para a pauta da pactuação.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, solicitou à Dra. Viviane que fizesse a alteração.

Dra. Simone Camilo – Subsecretaria/SES, informou que o tema abordado no item 1.1 foi trazido e se colocou à disposição para falar sobre demais temas que os participantes quiserem solicitar. Caso alguém tenha algum tema que queira ser abordado no GT de Gestão, favor repassar.

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, falou sobre a organização da pauta do GT separando os pontos de pauta entre os itens que correspondem a Gestão e os itens de Governança nos moldes que é realizado a pauta da CIB.

Encaminhameto: alterar a redação da pauta. O item vai para a pauta da CIB como PACTUAÇÃO E DISCUSSÃO.

Encerramento: Dr. Mauro – SGI/ SES, encerra a reunião agradecendo a todos.